

VULNERABILIDADE SOCIAL E ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

SOCIAL VULNERABILITY AND ADOLESCENCE: PROSPECTS FOR THE PSYCHOLOGIST ACTING

Ana Lúcia dos S. Silva
Eliana C. Carvalho
Palloma R. de Souza
Wanessa L. Octave

Acadêmicas do 10 semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande.

Renata Vilela Rodrigues
Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea e Graduada em Psicologia, ambos pela UFMT. Professor e orientadora do curso de psicologia do UNIVAG.

RESUMO

Esta pesquisa discute a vulnerabilidade social dos adolescentes que estão nesta condição, compreendendo o contexto no qual compartilham, partindo da ótica da Psicologia Comunitária, assim como os estigmas relacionados aos mesmos e suas famílias. Refere-se à pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico, embasado por meio da análise do discurso do Foucault e tece uma análise do material a partir dos incidentes críticos. De acordo com a bibliografia levantada, a vulnerabilidade diz respeito aos agrupamentos de fatores, de origem biológica, epidemiológica, social, política e cultural, sendo estes influenciadores no desenvolvimento psicossocial do indivíduo. Percebe-se que, ao mesmo tempo, em que o sistema capitalista tem por função a garantia dos direitos para os indivíduos, também serve como controle das relações de produção, o que produz as situações de vulnerabilidade social. Como forma de fazer garantir esse direito, as políticas de assistência social delimitam ao Estado e a família como responsável pelo adolescente, ressaltando que a família necessita de proteção e cuidado, para que assim cumpra seu papel de cuidar de seus membros. Diante destas perspectivas, é importante que o profissional psicólogo reflita sobre as contradições presentes no sistema tecnicista e capitalista, e para isso é necessário que se tenha o manejo e a possibilidade de contextualizar esses indivíduos em todos os aspectos de suas vidas.

Palavras-chave: Adolescente, Vulnerabilidade, Psicologia, Comunitária.

ABSTRACT

This research discusses the social vulnerability of adolescents who are in this condition, understanding the context in which they share, from the perspective of Community Psychology, as well as the stigmas related to them and their families. It refers to a qualitative and bibliographical research, based on Foucault's discourse analysis and weaves an analysis of the material from the critical incidents. According to the literature, vulnerability refers to the grouping of factors of biological, epidemiological, social, political and cultural origin, which are influencers in the psychosocial

development of the individual. At the same time, while the capitalist system has the function of guaranteeing the rights for individuals, it also serves as a control of the relations of production, which produces situations of social vulnerability. As a way of guaranteeing this right, social assistance policies delimit the State and the family as responsible for the adolescent, emphasizing that the family needs protection and care, so that it fulfills its role of taking care of its members. Given these perspectives, it is important that the professional psychologist reflects on the contradictions present in the technicist and capitalist system, and for this it is necessary to have the management and the possibility of contextualizing these individuals in all aspects of their lives.

Keywords: Adolescent, Vulnerability, Psychology, Community.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta como tema o adolescente em situação de vulnerabilidade social, com foco na atuação do psicólogo. Buscamos fazer um paralelo com a Psicologia Comunitária, em que abordaremos questões relacionadas ao meio familiar, ao contexto escolar e ao uso de álcool e outras drogas, pois observamos no decorrer da pesquisa que um contexto vulnerável pode ser um espaço fomentador de situações como o uso de drogas, a gravidez na adolescência, dentre outros, portanto visamos compreender os impactos que isso representa para nossa sociedade, nos dias atuais.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990 é que o termo vulnerabilidade social ganha contornos mais definidos na literatura brasileira, aparecendo nos debates com relação aos perigos sociais e tecnológicos. Sendo vulnerabilidade compreendida como um risco biofísico sobre o consenso social, em uma definida localização geográfica, podendo ser tanto uma área geográfica, onde regiões e indivíduos vulneráveis moram, quanto territórios sociais aos quais os sujeitos desses ambientes estão mais vulneráveis (HELLESHEIM; RODRIGUES, 2008).

Quanto a práticas do profissional da Psicologia nesses contextos vulneráveis temos a Psicologia Comunitária como referencial teórico, sendo que está busca compreender a realidade da comunidade, proporcionando espaço para que o discurso da comunidade possa ser ouvido e conhecido, visa a defesa das diversidades culturais, os aspectos étnicos, sendo assim o trabalho na comunidade abrange questões relacionada a família, ao modo de viver dos indivíduos, a religiosidade, raça, questões sobre profissões, dentre outras, nesse sentido busca compreender as possibilidades e limitações que perpassam a vida dos sujeitos que vivem em um determinado contexto social (SAWAIA, 2013).

Pontuamos, neste trabalho, o que cabe ao psicólogo como forma de auxílio aos adolescentes e ressaltamos o acolhimento, a escuta e fortalecimento de vínculos como espaços onde os mesmos possam se expressar de maneira autônoma, e como técnicas que possibilitam pensar os adolescentes com sujeitos de direitos, políticos e protagonistas da sua história. Ademais, torna-se necessário um amparo a família para que consiga dar suportes para os adolescentes.

Propomos a contextualização da realidade de onde vem esse adolescente, pois para que o psicólogo comunitário faça seu trabalho de forma mais adequada é importante que leve em conta o histórico de vida do indivíduo. Sendo que o profissional da psicologia deve-se atentar a todos os aspectos da vida de um sujeito, sendo estes: econômicos, culturais e sociais. Cabe salientar também, o desenvolvimento que ocorre na adolescência, pois este é um momento da vida em que ocorrem diversas situações conflituosas, em que se encontra com desenvolvimento tanto corporal, quanto psicológico (CFP, 2005; CREPOP, 2011; PAPALIA; FELDMAN, 2013).

No tocante à psicologia, temos que levar em consideração o papel do psicólogo nesse contexto (comunitário/vulnerável, no qual o adolescente se encontra), tendo como base o código de ética da psicologia que discorre acerca das responsabilidades desse profissional, sendo estas: a promoção da liberdade, igualdade, e integralidade do ser humano. A Psicologia visa promover a saúde e a qualidade de vida tanto da pessoa, bem como na coletividade; assim como a eliminação de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2005).

Quanto a sua prática, deve ser comprometida com a realidade social do país (compromisso social da psicologia), possibilitando o fortalecimento dos indivíduos e dos grupos, para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade (CREPOP, 2011). Entendendo que ter uma postura de compromisso social em nossa profissão está direcionada para uma atuação crítica e transformadora das circunstâncias de vida. É estar implicado com a análise dessa realidade partindo do ponto de vista de nossa ciência e de nossa carreira. É se implicar com a desigualdade social que define a história brasileira, acabando com um conhecimento que esconde essa desigualdade por meio de concepções e teorias naturalizadoras da existência social. Em outras palavras, compromisso social em nossa atuação é crer que só se toca no ser humano quando contextualiza as circunstâncias de vida que o discriminam (BOCK, 1999).

Nesse sentido para desenvolver tal pesquisa buscamos respostas para as seguintes perguntas: Quais são os possíveis determinantes que podem influenciar a

vulnerabilidade dos adolescentes no contexto social? Como se dá a atuação do psicólogo no contexto comunitário trabalhando com a vulnerabilidade na adolescência?

Tendo em vista tais problemas, nosso principal objetivo concerne em compreender o contexto do adolescente em vulnerabilidade social a partir do olhar da Psicologia Comunitária, assim como os estigmas relacionados aos mesmos e suas famílias.

Apesar das políticas públicas direcionarem alguns atendimentos aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ainda é frequente encontrar adolescentes em tais situações. Dado ao fato que grande parte dessa população, sendo na sua maioria pobre (ou extrema pobreza), nem se quer tem conhecimento das políticas que poderiam lhes assistir e assegurar seus direitos. Portanto, buscamos dar visibilidade ao tema proposto, focalizando, o fortalecimento dos adolescentes (e suas famílias) em situação de vulnerabilidade, a melhoria na qualidade de vida desses indivíduos, sendo necessário, para isso, o conhecimento e a defesa de seus direitos e a apropriação dos mesmos (BRASIL, 2013). Concordamos com Sierra e Mesquita (2006) quando afirmam que, as políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes devem buscar a promoção de condições de bem-estar, com base na ideia de vulnerabilidade, compreendendo os adolescentes em todas as suas formas de relação, não apenas em um contexto familiar, visando à redução dos fatores desencadeantes da vulnerabilidade.

Cabe destacar, ainda, a relevância desta pesquisa, enquanto construção acadêmica, uma vez que pode ser fonte de pesquisa para estudantes e profissionais da área, assim como as demais, podendo ser também um ponto de partida para novas pesquisas.

TEORIA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E O PSICÓLOGO

Para discorrermos sobre o campo epistêmico e técnico da Psicologia Comunitária, entendemos ser importante uma breve discussão sobre o desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil, em especial o período denominado pela literatura de “crise” desta área do conhecimento que se iniciou no final da década de 1970. Nessa mesma direção, Freitas (2013) destaca que para compreender o surgimento da psicologia na comunidade é fundamental entender o contexto histórico no qual surgiu, e seus determinantes históricos e políticos, sendo imprescindível entender dois aspectos: um consiste no processo histórico pertinente a essa prática, enquanto o outro consiste

em compreender a constituição da profissão do psicólogo no Brasil. Dada a importância destes dois aspectos, nos propomos, neste tópico, dissertar brevemente sobre a Psicologia Comunitária brasileira a partir de uma perspectiva histórica e política.

De modo generalista, a psicologia social desenvolveu-se como uma ciência humana e social, pensada para as dificuldades sociais. Esta área do conhecimento surge a partir de indagações sobre a possibilidade de semelhança entre a Psicologia Geral (elementos intrapsíquicos) e a Sociologia (elementos sociais dos grupos humanos). De origem europeia, a psicologia social desenvolveu-se com as contribuições de autores tanto da área da psicologia, como da sociologia, antropologia, filosofia. Durante o período entre guerras, principalmente, na Segunda Guerra Mundial, vários teóricos foram obrigados a deixar a Europa, alguns vieram para os Estados Unidos. Daremos destaque aqui a Kurt Lewin, um dos contribuintes para o desenvolvimento da psicologia social norte-americana (BARBOSA, ROCHA, BRASIL, 2011).

Em solo norte-americano esses profissionais, diante do cenário científico que encontraram que consistia na utilização de laboratórios experimentais para o desenvolvimento das pesquisas e o nascimento e desenvolvimento da psicologia cognitiva, desenvolveram uma vertente de ciência que se concentrará no estudo dos processos psicológicos básicos e/ou nos processos cognitivos dos indivíduos ou grupos, possibilitando o surgimento da denominada psicologia social psicológica. Em oposição a psicologia social sociológica, de origem europeia, e que se concentrará na interseção entre psicologia e sociologia (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 2011).

No Brasil, a profissão do psicólogo foi reconhecida em 27 de agosto de 1962, em um contexto de acontecimentos políticos e econômicos, sendo que de lado estavam o Estado e as forças capitalistas e de outro as necessidades básicas da população e a participação da sociedade civil que reivindicavam direitos básicos (FREITAS, 2013). Já em 1964, com a instauração do regime militar, podem-se observar ainda mais o contexto de direitos violados, os pobres e trabalhadores se aglomeravam em bairros, em situações de risco (FREITAS, 2013).

Acompanhando o modelo de produção subjetiva individualista característica da sociedade neoliberal, as práticas da psicologia se voltavam para o contexto clínico, escolar e organizacional, com um modelo liberal das práticas que tinham como principal característica a elitização da profissão (FREITAS; SAWAIA, 2013). A Psicologia Social desenvolvida no Brasil, neste período, consistiu em metodologias e práticas de estudos e teorias importados dos Estados Unidos. Os autores Barbosa, Rocha e Brasil

(2011) apontam uma psicologia que propagava teorias e métodos norte-americanos uma delas em seu desenvolvimento nomeada Psicologia Social Psicológica orientada pelo psicólogo Kurt Lewin que passa por enormes transformações e afasta-se do alcance dos mecanismos sociais e preceitos culturais nos sujeitos, desse modo a estruturação da psicologia passa a ser nos padrões da ciência natural empírica (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 2011).

Em meados da década de 1970 e durante a década de 1980, com o alto índice de miséria e a pobreza, vivenciamos a intensificação dos movimentos sociais devido a insatisfação política e econômica, preconizados pela população, por profissionais de diversas categorias entre elas assistência social, saúde e psicologia, e profissionais das acadêmicas (FREITAS; SAWAIA, 2013). A população já estava agindo de forma mais organizada, ao que se refere a lutar por seus direitos, apesar de ainda viverem em uma ditadura, vê-se também a incorporação de profissionais liberais e intelectuais aos movimentos populares (FREITAS, 2013).

Na psicologia, emerge em alguns locais práticas que buscavam uma atuação mais comprometida com a realidade das comunidades, portanto da população menos privilegiada socioeconomicamente. Nas universidades, pesquisadores e cientistas começaram a estudar as periferias, as favelas e bairros mais excluídos dos grandes centros (FREITAS; SAWAIA, 2013).

Surgem, nessa perspectiva, uma série de questionamentos sobre a aplicação dos métodos norte-americanos da Psicologia Social ao contexto brasileiro e latino americano, sem a contextualização dos fatores sociais e culturais, episódio que ficou conhecido como a “crise” da Psicologia Social latino-americana. Esses questionamentos conceitual e metodológico, logo refletem uma extensa repercussão na Europa e na América do Sul acarretando declive da Psicologia Social psicológica. No âmbito europeu, desenvolvem-se estudos interessados, por exemplo, na identidade social, que discutem as relações em meio aos grupos; e representações sociais, que articulam a importância da psicologia dos grupos e coletividades. Na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, vemos o desenvolvimento de correntes epistemológicas como, por exemplo, a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Social Comunitária (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 2011).

Nessa direção, o desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária (ou Psicologia Comunitária) se deu a partir da problematização da Psicologia Social e das

trocas de experiências entre os pesquisadores de diversos países da América Latina (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 20110). Que também contou com algumas contribuições as quais estão descritas a seguir:

Na elaboração de seu corpo teórico, houve a contribuição da Teologia da Libertação, da Pedagogia do Oprimido, da Ecologia, da Saúde Mental Comunitária, e de teóricos como o espanhol salvadorenho Martin-Baró, a venezuelana Maritza Montero e a brasileira Silvia Lane. Como suas práticas têm caráter interdisciplinar, existem variadas formas de pensar e de fazer a Psicologia Social nos distintos países sul-americanos, que podem ser consideradas, sob o modelo sociocomunitário e o modelo clínico comunitário, influenciado pela saúde mental comunitária (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 2011, p.156).

Nessa direção, a proposta epistemológica da Psicologia Social Comunitária se assenta em uma intervenção não assistencialista, sendo prioridade o desenvolvimento da autonomia dos grupos menos favorecidos como os marginalizados social e economicamente. Ressaltando que, a ascensão desta área se deu a partir das informações trocadas feitas por meio dos estudantes que regressavam para sua região de origem, bem como o intercâmbio entre os cientistas de outros países (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 2011).

No Brasil, o docente brasileiro Paulo Freire e o colombiano Orlando Fals Borda se destacaram nesse assunto devido sua inspiração a educação que passou a ser um amplo desafio, não somente de pedagogos e psicólogos, mas de assistentes sociais e militantes políticos. Profissionais como psicólogos e professores em universidades, sugeriram a efetivação dos estágios de psicologia junto a comunidades de baixa renda. Um dos marcos de maior importância foi à experiência realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), sendo coordenada pelo psicólogo Pierre Weil, responsável pela inserção da Psicologia Comunitária na grade do Curso de Psicologia desta universidade, com o foco na ecologia humana (BARBOSA; ROCHA; BRASIL, 2011).

As questões acerca da comunidade começaram a ser discutidas nos anos 1960, porém só se estabilizam nas décadas de 1980. Esse primeiro momento é marcado pelo o objetivo de estudar as pessoas de classe social e econômica mais baixa, pois essas pessoas não tinham visibilidade e precisavam se fortalecer enquanto cidadãos de direitos, que pudessem conhecer sua realidade para assim poderem lutar por ela (SAWAIA, 2013).

Em outras palavras, essa nova forma do fazer psicologia não se limita mais aos consultórios e instituições como as pessoas estavam acostumadas, ela volta-se para a

comunidade. Abrindo caminho para o discurso da população que até então era tido como os excluídos e oprimidos de expressar o que pensavam de fato, busca defender a diversidade de culturas, formas e aspectos étnicos de viver, que se origina, também, através das críticas sobre o fazer das outras ciências, referente a contribuições destas para o comunitário (SAWAIA, 2013).

O trabalho em comunidade vem para abarcar questões relacionadas à família, assim como o modo como vivem, a religiosidade, raça, discussões sobre suas profissões, suas possibilidades e limitações por viver em um determinado contexto social e global. Esse trabalho com o comunitário contou com a participação das mais diversas ciências como a filosofia, sociologia e antropologia, essas vêm dizer sobre uma construção feita com a comunidade em geral, mas também olha para cada indivíduo como sujeito ativo nesse processo de construção do todo (SAWAIA, 2013).

Os profissionais da psicologia, nesse contexto inicial de inserção, estavam preocupados em desenvolver tarefas, bem como atividades que pudessem colocar a psicologia a serviço da população, para que as pessoas pudessem se organizar visando que reivindicassem seus direitos básicos, possibilitando melhores qualidades de vida. Entretanto, ainda eram poucos os psicólogos que se voltavam para essas práticas (FREITAS, 2013).

Freitas (2013) salienta que o envolvimento da psicologia e o fato da população estar expressando situações concretas possibilitaram que outros profissionais se sensibilizassem com a realidade da população, que proporcionaram diversos trabalhos teóricos e práticos em relação a esta situação, pois buscavam a construção de uma sociedade mais justa e digna.

Os trabalhos desenvolvidos por esses profissionais psicólogos, inicialmente, na comunidade eram de caráter voluntário, sendo que a maioria estava envolvida com a academia, o que proporcionou que a realidade da comunidade fosse levada para dentro das universidades, que desencadeou as discussões acerca das práticas do psicólogo e do compromisso social e político da profissão. Já nos anos 80, a denominação Psicologia Comunitária passa a ser vista como um termo mais importante e é adotado por vários profissionais, como em debates e discussões, pois o país já iniciava a viver em um clima de democracia (FREITAS, 2013).

As primeiras publicações, com a expressão Psicologia Comunitária começam a surgir no país, D'Amorim (1980) com seu trabalho "A Psicologia Comunitária: considerações teóricas e práticas", sendo seguido por Lane (1981), já em setembro de

1981 na conferência "Psicologia Comunitária na América Latina", que aconteceu no I Encontro Regional de Psicologia na comunidade, na PUC-SP. A ABRAPSO realizou em 1981 o "I Encontro Regional de Psicologia na comunidade", no qual foram apresentados os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no contexto comunitário (FREITAS, 2013).

Ao que se refere aos anos 90, tem-se uma verdadeira expansão dos trabalhos dos psicólogos nos diversos setores junto à população, sendo diversas as práticas utilizadas e os referenciais teóricos. Seguindo o processo de redemocratização política com o fim da ditadura militar, os psicólogos passam a atuar nas instituições públicas, tendo como princípio a democratização e ampliação dos serviços das mais diversas áreas, para a população em geral (FREITAS, 2013).

Em síntese, é esperado que a psicologia passa a contribuir para o fazer conhecimento sobre as interações grupais, com o auxílio das teorias psicológicas, as quais davam o respaldo para atuar na prática, teve-se avanços significativos com relação ao trabalho comunitário de forma a proporcionar aos indivíduos a construção da própria autonomia, o sobre subjetividade e objetividade, mas o seu foco de fato foi a interação social como forma de contribuir com a diminuição da exclusão social, econômica e política (SAWAIA, 2013; GUERESCHI, 2008; FREITAS, 2013).

Guareschi (2008) define que a relação acontece quando uma coisa, ou alguém no caso não consegue dar conta sozinha da própria existência de seu ser. Como já ressaltado acima, é fundamental no contexto comunitário, para o trabalho do psicólogo, buscar promover o fortalecimento das relações dos cidadãos, a interação entre eles, para que assim possam ser transformadores da própria realidade, com o devido auxílio que lhes são direitos (SAWAIA; FREITAS, 2013).

Assim, conforme Guareschi (2008), as relações comunitárias que estabelecem uma verdadeira comunidade, que são relações igualitárias as quais se produzem entre pessoas que têm direitos e deveres iguais. Porque relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam distinguidos em sua singularidade, em que as diferenças sejam consideradas. A autora salienta, ainda, que as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, sugere que as pessoas sejam amadas, valorizadas, e aceitas num contexto integralizado. Nesse sentido, o profissional deve considerar que:

Quem vai por um tempo, para prestar um serviço, para partilhar seu saber, não pode retirar das comunidades essa prerrogativa da liberdade e autonomia.

A autogestão é ápice de relações genuinamente democráticas, onde há participação de todos (GUARESCHI, 2008, p. 99).

Ademais, as pessoas que compartilham da mesma comunidade têm o dever de defender seus ideais ativamente, colocando em prática suas ações, desenvolvendo sua capacidade criativa, tendo em vista o que é de direito e o que é de dever de cada um que vive no mesmo contexto social. Quando é feita uma ligação entre comunidade e democracia, é preciso estabelecer a participação, o respeito e a subjetividade de todos os envolvidos, para que se possa ser considerada uma comunidade democrática (GUARESCHI, 2008).

Quando se tem um posicionamento crítico, muitos questionamentos surgem a partir de aspectos ligados ao trabalho comunitário e a Psicologia Comunitária, devido à complexidade que é de desmistificar fatores que estão enraizados dentro da cultura ou até mesmo o senso comum de cada indivíduo, já que, em alguns casos, as desigualdades sociais e econômicas e os casos de vulnerabilidades sociais são tidos como “normais” (GUARESCHI, 2008).

A ADOLESCÊNCIA

Segundo Gonzáles e Guareschi (2014), às concepções sobre o que é ser jovem estão interligadas à discursos vigentes em contextos e épocas que podem variar, nesta perspectiva o que se espera dos jovens é se estes atenderão ou não às expectativas sociais, e isso se dá com base no discurso de sua sociedade. Os autores, ainda, apontam que ao longo dos anos as ciências têm reforçado a juventude como sendo difusão de problemas sociais, sendo vista no discurso social, acadêmico e político como um momento da vida do indivíduo marcada por explosões, excessos e conflitos, entretanto também constitui um campo de grande investimento por parte do mercado.

Para melhor compreendermos esses estigmas relacionados aos adolescentes, faz-se necessário delimitar o conceito de adolescência. Segundo o ECA Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, caracteriza adolescente com idade entre doze e dezoito anos, pois para falarmos de adolescente é preciso delimitar o período de vida em que se passa, para que possamos pensar nas possíveis questões envolvidas nessa faixa etária (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990 apud PESSALACIA et al., 2010).

Um outro aspecto relevante para a compreensão deste momento que é na adolescência, pontuado pelas autoras Pessalacia et al (2010), acontecem as mudanças na ordem física, pois estão a todo momento passando por transformações no aspecto

biológico¹. Com a passagem da infância para adolescência mudanças como, por exemplo, crescimento de pelos em algumas regiões do corpo, nas meninas acontece a menstruação, o crescimento dos seios, além de outros aspectos que são psicológicos que dizem respeito às emoções, sobre como eles reagem a essas transformações.

Quanto a concepção sociais e culturais de adolescente na modernidade, Pessalacia et al. (2010) ressaltam que, a mesma gira em torno de dois aspectos, o primeiro é referente à idade em que pode tudo, na qual frequentemente ele tem nas mãos o futuro de um país mais próspero e melhor, o segundo concerne nas más influências que ele pode exercer com a sociedade nas questões de uso de drogas, violência, sexualidade sem responsabilidades, entre outros motivos que ele é colocado como um risco.

Nesse sentido, encontramos adolescentes em vulnerabilidade social, que, em alguns casos desconhecem seus direitos e/ou não tem ferramentas para lutar por eles, esse fato pode ser em decorrência de alguns fatores como: falta de escolaridade, ser uma pessoa com deficiência, uso de drogas ilícitas e lícitas, violência, gravidez precoce, na maioria das vezes envolve pessoas de baixa renda, entre outras coisas. Em algumas situações, adolescentes com baixa renda precisam deixar de ir à escola para ajudar no sustento da casa, com a falta do conhecimento enfrentam situações precárias de trabalho e de existência (PESSALACIA et al., 2010).

POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Dissertando sobre adolescente em situação de vulnerabilidade social, entendemos ser necessário discorrer sobre as políticas públicas, bem como acerca da constituição conceitual do termo vulnerabilidade social. Pessalacia (et al., 2010) descreve vulnerabilidade social como um agrupamento de fatores, de origem biológica, epidemiológica, social e cultural, estes fatores podem contribuir para que o indivíduo se desenvolva ou pode de certa forma fazer com que ele fique mais prejudicado, pois exercem uma influência muito grande na vida do sujeito.

Abramovay (2002 apud GUARESCHI et al., 2007, p. 22), salienta que a

A vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para

¹Apesar dos fatores biológicos serem importantes eles não serão aprofundados neste trabalho, pois este artigo está voltado ao contexto social do adolescente.

lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Assim, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social.

Sierra e Mesquita (2006) argumentam, ainda, que a vulnerabilidade não se caracteriza apenas como uma questão de situação social, mas sim de um contexto de universo social, sendo estes as interações sociais decorrentes tanto dos ambientes privados como dos públicos. A questão da vulnerabilidade está interligada aos fatores de risco, os quais podem ser decorrentes dos ambientes escolares, familiares, dos bairros etc. No entanto, não cabe apenas restringir o adolescente como um simples produto de seu meio, como também não se pode negar a influência deste meio na vida do adolescente.

A vulnerabilidade social não se determina pelo rol da pobreza, mas se faz necessário um olhar para a inclusão ou não da população em relação aos serviços e políticas públicas. A ideia de vulnerabilidade retrata-se coberta de diversos significados e acarretando vários sentidos, os quais podem colaborar tanto para uma uniformização e manutenção da população num lugar de risco quanto para criar estratégia de promoção de autonomia da pessoa na construção de eficácia na sua vivência. Faz-se indispensável problematizar a criação de diversos olhares em relação aos incidentes de vulnerabilidade, desagregando sentidos inertes que apresentam as situações de carência como estado inviabilidade de vida (RIVERO; TOROSSIAN, 2013).

De acordo com Rivero e Torossian (2013), a vulnerabilidade interpela a questões do desemprego como uma realidade produtora de condições de vulnerabilidade, não somente pela sua situação de exclusão econômica, mas pela despotencialização subjetiva com a consequente criação de sujeitos culpabilidades pela sua própria sorte. Além do mais, salienta-se uma incapacidade de promover estratégias de enfrentamento da situação de desemprego que não seja a de retornar o lugar de empregado.

Assim, Adorno (2001 citado por BOSSE, 2012 p. 9) associa a vulnerabilidade com a exclusão econômica e social, pois conceitua que uma pessoa ou um grupo faz-se vulnerável “quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações”. Tal modificação fala da passagem termo “carência” para o termo “vulnerabilidade”.

Alguns marcos no cenário internacional marcam esse percurso. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo XXV inciso 1 pontua que todo indivíduo tem o direito de garantir a si e sua família, saúde e bem-estar através de padrão de vida que lhes assegure. Já o inciso 2 afirma que tanto a maternidade quanto a infância devem ser cuidadas, sendo que as crianças que nascem dentro do matrimônio, bem como aquelas que nasceram fora, devem ter os mesmos cuidados e proteção social (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Outros marcos foram a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959 e o livro publicado por Philippe Aries em 1961 Estes acontecimentos proporcionaram discussões acerca da infância, que influenciaram na constituição brasileira (ROSEMBERG, 2008).

A respeito do percurso das políticas sociais públicas, no Brasil, que vem atendendo a priorização da família, desde a Constituição Federal de 1988, até a atual inserção do Sistema Único de Assistência Social, que é inserida como diretriz das políticas de atendimento (CRUZ; GUARESCHI, 2009). Quanto à Constituição, Costa, 1989 (apud ROSEMBERG, 2008, p. 05) “[...] destaca que a Constituição de 1988 teria consagrado, à criança e ao adolescente em três grandes princípios: proteção integral, respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento e prioridade absoluta”.

É preciso considerar que, nem sempre os adolescentes foram compreendidos como cidadãos de direitos, pois em alguns momentos foram tratados como pequenos adultos. Essa realidade começa a mudar no contexto nacional, quando em 1988, diversos setores da sociedade civil, inicia um processo de organização, no sentido de reivindicar os direitos desses menores. Atuando juntamente com ONGs (Organizações não Governamentais), visando à construção de políticas para a proteção de crianças e adolescentes (SIERRA; MESQUITA, 2006). No Brasil, o marco das políticas públicas pode ser visto a partir da Constituição Federal de 1988, que pontua a responsabilidade do Estado para com a assistência social (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Tais movimentos ganham força com o decorrer tempo, contando com a participação, de setores governamentais, e com a assessoria da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), assim como de juízes, promotores dentre outros, juntos elaboram uma nova lei e foram em busca de sua aprovação, sendo concretizada em 13 de julho de 1990, quando ocorreu a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (SIERRA; MESQUITA, 2006).

Nessa direção, temos, em 1990, a publicação do o ECA, que objetiva a proteção de crianças e adolescentes, compreendendo que são sujeitos de/com direitos, tendo o Conselho Tutelar como responsável pela defesa desses direitos. Apesar da tal política, ainda é recorrente encontrarmos adolescentes em situação de vulnerabilidade social (SIERRA; MESQUITA, 2006).

É preciso, neste ponto analisarmos criticamente a consolidação do ECA em nosso país, pois apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da CF de 1988, apenas em 1990, que as crianças e adolescentes tiveram os seus direitos válidos (LOPES et al., 2008). No entanto, essas políticas públicas criadas para a regulamentação dos direitos das crianças e dos adolescentes, ainda sofrem precariedade na efetivação das leis, pois vários direitos ainda não são respeitados, principalmente, quando falamos adolescentes de classes mais pobres, assim como aponta Lopes et al. (2008).

Em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social foi promulgada ampliando as políticas socioassistenciais e suas dimensões. Já 2004, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social e, por fim, em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como tentativa de responder ao contexto de carência e vulnerabilidade social e econômica da população. O SUAS é criado como proposta de políticas assistenciais, de responsabilidade do estado e direito do cidadão, que visam romper com as práticas do assistencialismo filantrópico e caritativo, que eram a realidade até então (SENRA et al., 2009).

O SUAS garante o cuidado social em duas formas: a proteção social básica e a proteção social especial. Dado a conquista do programa de assistência social que possibilita a garantia dos direitos e proteção do adolescente e os demais citados no Art. 1º. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, instituídos por graus de complexidade do SUAS em específico nos seguintes parágrafos:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva (BRASIL, 2014 p.5, 6).

A proteção social básica é realizada no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), com o objetivo da prevenção da circunstância de vulnerabilidade social, já a segunda é realizada por uma série de dispositivos especializados, tendo como referência o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que trabalha com as situações em que a violação dos direitos que já tenha ocorrido. (BRASIL, 2004 apud OLIVEIRA et al., 2016; NAIFF, 2008).

Na atenção básica, o cuidado prioritário é direcionado ao programa de proteção e Atendimento integral à família (PAIF), oferecido através dos serviços sócio assistenciais, socioeducativos e de adequamento para inclusão produtiva aos indivíduos, cabe destaque aqui também o programa bolsa família (PBF), destinado ao fortalecimento econômico das famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2006 citado por OLIVEIRA et al., 2016). Desse modo, compreende-se o CRAS como um instrumento estatal que tem como foco primordial prevenir situações de risco, por via do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Oliveira et al. (2016) descrevem algumas atividades desenvolvidas no CRAS, sendo que as características gerais do trabalho desenvolvido nessa instituição, são elas: o acolhimento e o preenchimento de cadastro, que tem como objetivo a primeira escuta da pessoa que chega à instituição; a busca ativa e suas estratégias que compreendem a busca de listagem e também as visitas domiciliares; trabalho socioeducativo com grupos, tem como papel a articulação das redes de serviços e seu fortalecimento e; a sistematização das informações que tem como função o levantamento dos casos que chegaram no CRAS, com a finalidade de elaborar um diagnóstico das principais situações vividas pela comunidade.

Quanto ao programa de atenção integral à família (PAIF), este tem como foco a promoção e a geração de empregos e renda, o restabelecimento da autonomia e empoderamento de famílias que estão em risco pessoal e social (MURTA; MARINHO, 2009). Para Roe-Sepowitz e Thyer (2004 apud MURTA; MARINHO, 2009), ações na adolescência, por meio das políticas de assistência social como o PAIF e o CRAS, podem encorajar concepções de projetos de vida, que fazem parte do progresso ideal para as atividades profissionais, familiares e nos relacionamentos, além de incentivar hábitos de vida saudáveis que podem diminuir os números de doenças e mortes no futuro (WILLIAMS; HOLMBECK; GREENLEY, 2002 apud MURTA; MARINHO 2009).

Um marco significativo, no contexto de programas voltando para assistência social, se dá a partir de diversas aquisições conquistadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dentre essas é a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, realizada através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. De fato, essa conquista foi um salto que propiciou mudanças positivas para a assistência social no Brasil, com isto possibilita alternativas para manejar ações onde envolve os adolescentes que utilizam o serviço público e colabora para garantir e ofertar direitos socioassistenciais (BRASIL, 2014).

A articulação dos serviços socioassistenciais entre as redes de apoio para com a população abrange cada território pertencentes aos seus dispositivos, para os atendimentos se baseiam nos princípios da universalidade e gratuidade disponibilizados pelo Estado. Incide em um trabalho de caráter contínuo a fim de promover o fortalecimento de vínculos, prevenir e proteger, os usuários de todas as faixas etárias, sexos, raça e religião, e os envolvendo em um espaço que visa dar-lhes a oportunidade de expressar suas dificuldades e, com isso, consiga reconhecer e desenvolver suas possibilidades de autonomia individual e coletiva (BRASIL, 2014).

No entanto, o adolescente em situação de vulnerabilidade social que teve seus direitos violados seja:

Violência física, psicológica e negligência; - Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; - Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; - Tráfico de pessoas; - Situação de rua e mendicância; - Abandono; - Vivência de trabalho infantil; - Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; - Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; - Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2014, p. 29).

Devem ser amparado por estes dispositivos na esfera dos serviços da proteção social especial anteriormente citados, visando a “promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social” (BRASIL, 2014, p. 29).

Murta e Marinho (2009) destacam que nos grandes centros, acontecimentos como a migração acaba deixando os vínculos comunitários e o esgotamento social mais frágil. Já nas cidades menores a falta e a escassez de serviços públicos acabam colaborando para a pobreza da rede de apoio dessas famílias. Nesse sentido, o PAIF auxilia na quebra desse ciclo da reprodução da pobreza, por meio de intervenções que

promovam o empoderamento dos indivíduos e novos projetos de confrontação as exigências cotidianas. De modo geral os programas projetos, serviço e benefícios da assistência social têm em vista a inclusão social e a promoção de autonomia das famílias que se encontra em vulnerabilidade pessoal e social (MURTA ; MARINHO, 2009).

As autoras Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007) salientam que, atualmente, o Brasil está muito bem desenvolvido e tem a capacidade de implantar ações de políticas públicas com urgência para esses adolescentes, visando à prevenção e acolhimento daqueles que já estão em estado de vulnerabilidade, buscando compreender em que condições sócio econômico e qual tipo de comunidade este adolescente está inserido, as autoras ainda ressaltam que há a deficiência de programas sociais que acolham esse segmento.

Desta forma, as políticas de assistência social delimitam o Estado, assim como a família como responsável pela criança e adolescente. Tendo em vista essa responsabilidade Senra et al. (2009), pontuam que a família necessita de proteção e cuidado, para que assim cumpra seu papel de cuidar de seus membros, e a política de assistência social deve voltar-se para as necessidades da família.

METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se no método qualitativo, assim como aponta Minayo (2003) esta forma de fazer pesquisa consiste em um conjunto de técnicas a serem adotadas para construir uma realidade, no entanto, visa trabalhar o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações. A autora salienta que, a pesquisa qualitativa visa responder questionamentos que são particulares, pois está se propõe a compreender aquilo que não pode ser quantificado, trabalhando com o contexto dos significados (MINAYO, 2001).

A pesquisa ocorreu a partir da revisão de literatura acerca da temática, que se deu com o levantamento de produção sobre o tema, a saber “o adolescente em situação de vulnerabilidade social”. Foi realizada no Google acadêmico, a partir de palavras-chaves.

Ao levantarmos as palavras-chaves: adolescentes, vulnerabilidade social e Psicologia Comunitária, os resultados de publicações foram de 27.444. Sendo que a pesquisa foi realizada em 03/09/2018. Como método de recorte, utilizamos, anos,

revistas de psicologia, textos em português e conteúdos que estavam mais próximos da temática que nos propomos a discutir.

De 1960 a 1970 foram 7 publicações, já de 1980 a 1990, foram 37 resultados, percebe-se um aumento das publicações neste período em que tínhamos a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o ECA/1990. No final da década de 1990 o conceito de vulnerabilidade começa a ser discutido. De 2000 a 2010, foram cerca de 10.800 resultados, na década de 2000 além do conceito de vulnerabilidade, alguns textos inserem a temática das políticas públicas. Quanto de 2011 a 2017 foram cerca de 16.600 resultados.

Os textos selecionados foram 18, pois por mais que o número de resultados fosse alto, nem sempre se encaixavam na forma que utilizamos como recorte, cabe destacar que dentre os textos selecionados temos livros e artigos (Ver tabela 1). Como critério de exclusão dos textos, utilizamos: (1) artigos e textos que fugiam do assunto ao qual nos propomos a falar, (2) texto que fala da vulnerabilidade, porém sendo num contexto institucional; (3) recortes em revistas e por ano de 1960 a 2017 e; (4) linguagens diferentes do português.

Propomos também para esta pesquisa, um embasamento da análise do discurso a qual de acordo com Foucault (1996), o discurso ocorre no regulamento das regras, que desde a antiguidade tem um cuidado com seu aparecimento, ao qual existe um espaço central que ao mesmo tempo em que o embrandece também o derruba, e se ele tem chance de ter alguma autoridade é a gente mesmo que dará.

Em articulação com a análise do discurso de Foucault, nos propomos em tecer uma análise do material a partir dos incidentes críticos, sendo que

O recurso ao emprego dos incidentes críticos foi desenvolvido como uma maneira de operar com a temporalidade múltipla dos documentos e com a complexidade das práticas cotidianas sem nos prendermos a uma pretensa linearidade, bem como para dar margem à adoção de processos nos quais interlocutores participam ativamente da sua delimitação[...] (GALINDO; RODRIGUES, 2014, p. 168).

Portanto, esta metodologia consiste em quais pontos serão ressaltados em uma pesquisa, o que os pesquisadores buscam analisar e fomentar para ser debatido publicamente (GALINDO; RODRIGUES, 2014). Quanto aos incidentes críticos a serem analisados neste trabalho, estes consistem em: Adolescentes em vulnerabilidade social e Práticas do Psicólogo.

Tabela 1- Tabela dos artigos utilizados

Artigos/Autores	Incidentes Críticos	Número de Publicações	Ano
ALVES; CARDOSO. BUCHALLA; PAIVA. CERQUEIRA-SANTOS (et al.). GUERRA (et al.). LOPES (et al.). PESSALACI; MENEZES; MASSUAIA. ROSEMBERG. SIERRA; MESQUITA.	Adolescentes em vulnerabilidade social	OITO	2002 a 2013
BENELLI. BRAMBILLA; AVOGLIA. MURER; GESSER. MURTA; MARINHO. NAIFF. OLIVEIRA; MILNITSKY- SAPIRO. OLIVEIRA (et al.). REIS; CABREIRA. SENRA (et al.). TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO.	Práticas do Psicólogo	DEZ	2002 a 2018

Fonte: Autoria Própria.

ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

A partir do material bibliográfico analisado, podemos ressaltar que são frequentes estudos que visem compreender as consequências de um contexto vulnerável dos adolescentes em nosso país.

Cerqueira e Santos et al. (2010) pontuam em um estudo realizado com estudantes jovens, de ambos os sexos que estavam em situação de pobreza, que a gravidez na adolescência se dá por múltiplos fatores dentre eles o nível socioeconômico, ressaltam ainda que esses indivíduos necessitam de informações acerca de contracepção e sua importância, os cuidados com a saúde, assim como esclarecimentos sobre sexualidade.

Quanto aos direitos dos adolescentes, Alves e Cardoso (2013) salientam, a partir de um estudo realizado com adolescentes do contexto urbano e rural, que estes têm conhecimento de seus direitos e deveres, mas tais conhecimentos geralmente advêm de concepções sociais, e não necessariamente do conhecimento das leis que garantem os direitos das crianças e dos adolescentes. As autoras mostram ainda a importância de discutir sobre o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, os quais necessitam de amparo e atenção, portanto é relevante a criação de espaços no contexto comunitário

e escolar para que as famílias, os educadores e os jovens possam pensar e falar sobre, bem como a ampliação da tal pesquisa, pois esta foi feita apenas com adolescentes de duas escolas, portanto não oferece uma visão tão abrangente (ALVES; CARDOSO, 2013).

Outro ponto discutido é a institucionalização, Naiff (2008) destaca a importância de políticas públicas socioassistenciais que se voltem para as famílias, que se encontram em um contexto vulnerável, buscando, assim, evitar a institucionalização das crianças e adolescentes que fazem parte destas famílias. Para a autora, mesmo que o ECA pontue que o atendimento em abrigos deve ser de caráter provisório, a realidade não ocorre assim, dada a demanda se tem a institucionalização que acarreta em prejuízos para o desenvolvimento destes indivíduos.

Paiva e Buchalla (2002) descrevem um estudo que tinha como foco o comportamento de risco e grupo de risco ao qual retrata a vulnerabilidade de pessoas infectadas com o vírus do HIV e AIDS, foram envolvidos nesses estudos jovens prostitutas, jogadores de futebol, adolescentes encarcerados, alguns estudantes noturnos de escolas públicas de São Paulo e moradores de uma favela. De modo geral, essas pesquisas envolveram sujeitos que já enfrentam situações de vulnerabilidade em suas histórias de vida, por esse motivo elas estão mais expostas aos riscos e adoecimentos precoces, outro ponto importante destacado pelas autoras é que nessas condições, os indivíduos têm muito pouco conhecimento ou nenhum a respeito dos serviços de saúde pública e aos direitos que os mesmos podem recorrer. Os autores concluem que as questões como a masculinidade e as potencialidades para que o homem possa enfrentar riscos em detrimento de uma sociedade machista naturalizam a sexualidade dele como incontrolável, nesse sentido, ficaria somente para as mulheres as questões de cuidados e prevenções.

Nesta pesquisa, Paiva e Buchalla (2002) apontam algumas soluções que podem prevenir situações de risco social, tais como: começar com a educação desde a infância, tendo a família o papel de orientá-los e debater às questões e dúvidas dos adolescentes sempre que possível; incluir os meninos nos debates em que falam do cuidado de si mesmos e até as questões da paternidade e o importante papel que isso representa; debater sobre o local de trabalho, assim como a universidade; entender que o cuidado deve ir além das prevenções médicas e medidas preservativas, uma vez que a infecção e o adoecimento estão ligados a um conjunto de características que envolvem situação socioeconômica, socioculturais e políticas.

Sobre a vulnerabilidade social no campo das doenças infecciosas, Paiva e Buchalla (2002) mostram que existem um índice consideravelmente alto, bem como à falta de ampliação de políticas de prevenção e assistência, sendo necessário abrir mais debate e mais campanhas que possam fazer com que as pessoas se conscientizem de fato da importância de falar e se cuidar, e entender que essa proteção deve envolver tanto homens quanto as mulheres que estão expostas a esses riscos. Ademais, torna-se necessário que o governo também invista nesses programas e faça parte dessa causa, é preciso compreender a existência das variedades, são muito grandes os grupos que estão nessa situação, é necessário intervenções diferentes para cada um deles.

Na revisão de literatura sobre adolescentes em situação de vulnerabilidade social, percebemos que a multiplicidade das causas que produzem tais situações no contexto nacional, assim como a precariedade das recentes políticas públicas socioassistenciais criadas com o intuito de prevenir e/ou diminuir às vulnerabilidades sociais. Entendemos que a criação de espaços dialógicos, em diversos contextos, como na comunidade, escola, CRAS e instituições presentes no bairro ou próximas que possibilitem que os adolescentes tenham um empoderamento de ser muito mais do que a vulnerabilidade social ainda é um desafio.

ATUAÇÃO/PRÁTICAS DO PSICÓLOGO COM ADOLESCENTES

Para compreender melhor sobre a atuação e práticas do psicólogo com adolescentes sem situação de vulnerabilidade social, iremos discorrer a respeito das críticas, reestruturação, trabalho junto com as equipes multidisciplinares, projetos sociais. Para tanto, serão discutidos a respeito das práticas e fazeres do psicólogo no campo comunitário com adolescentes. De acordo Benelli (2013), fica para esse profissional o trabalho de gerenciamento e administração das relações interpessoais, com o objetivo de melhorar e desenvolver os seres humanos na superação das suas dificuldades e traumas. Segundo o autor, a psicologia, em conjunto com a assistência social, faz parte das ações multidisciplinares que intervêm nos contextos assistenciais que prestam serviços para adolescentes com menor poder aquisitivo, e que se enquadra em situação de vulnerabilidade social.

É válido salientar que, os profissionais de Psicologia constituem as equipes básicas de todos os serviços e programas organizados pelas diretrizes do SUAS. Junto ao assistente social, o psicólogo é responsável por organizar, planejar, executar e

coordenar todas as ações propostas nos equipamentos socioassistenciais (COUTO et al., 2010 apud REIS; CABREIRA, 2013).

Quanto a atuação e prática da Psicologia, Meurer e Gesser (2010), descrevem sobre a realização de um projeto denominado casa dos sonhos, que tinha o objetivo a potencialização dos adolescentes que viviam em um contexto vulnerável, visando o protagonismo social e a cidadania. O trabalho foi desenvolvido por acadêmicos de psicologia da Uniplac no estágio de Psicologia Comunitária, com profissionais que faziam parte de uma entidade de apoio psicoeducativo e professores.

Este projeto trabalhou com os adolescentes os seguintes temas: drogas, sexualidade, escolha profissional, entre outros. As temáticas foram debatidas a partir de oficinas de criação, que possibilitaram trazer questões que perpassam suas vivências e problematizações diversas, como também a aquisição de conhecimento. As autoras destacam a importância do trabalho desenvolvido, pois possibilitou aos sujeitos um espaço de reflexão e construção, assim como a ampliação de estudos voltados para as práticas psicossociais, que se abordem as oficinas de criação com adolescentes (MEURER; GESSER, 2010).

Nesse sentido, o trabalho do psicólogo no âmbito comunitário engloba o indivíduo de forma integrada, o compreende como um ser ativo e principal agente de sua história individual e social, estabelecendo relações diariamente que contribuem para o desenvolvimento de uma vida mais digna e humana (FREITAS, 1998 apud OLIVEIRA et al., 2016; BRAMBILLA; AVOGLIA, 2010). No contexto das adversidades de adolescentes pobres, e em extrema vulnerabilidade integral, a pobreza ganha o espaço de um problema social, assim os órgãos responsáveis, por consequências psicológicas, pedagógicas, administrativas, gerencial e até mesmo educacional, acabam minimizando essa problemática.

Dessa forma, sem contextualizar o indivíduo de forma integral, nunca se encontrará uma resolução para tal questão, e continuaremos com quem tem mais condições tendo alcance das suas necessidades e cada vez mais os pobres sendo desprovido até mesmo das suas necessidades básicas (BENELLI, 2013).

Um ponto discutido na literatura são as críticas à atuação do psicólogo, pois a psicologia tem sua inserção nas políticas de estado por uma perspectiva da personalidade individual em conjunto com o liberalismo, que tem como foco a mensuração e a avaliação psicológica, foi, com essa proposta de atuação, que a psicologia ganha espaço junto aos profissionais do judiciário, da política e do legislativo

nos cuidados sociais da infância e da adolescência. Nesse sentido, a psicologia teve como papel a “[...] ortopedia do comportamento” com foco na normatização do indivíduo (CRUZ; GUARESCHI, 2004 apud BENELLI, 2013; BRAMBILLA; AVOGLIA, 2010).

De acordo com Oliveira, et al. (2016), esse início da psicologia no contexto de bem-estar social tem como marco a questão das sequelas sociais, entendidas como as demonstrações das contradições principal entre capital x trabalho. Suas exibições mais imediatas se mostram por meio das desigualdades sociais, desemprego, fome e pobreza, em decorrência dessas consequências o estado intervém por meio de políticas sociais (PAULO NETTO, 2001 citado por OLIVEIRA et al., 2016).

Benelli (2013) e Guerra et al. (2010) nos chama atenção para o contexto capitalista no qual surgiu a psicologia como ciência, em um contexto burguês industrial, tem-se uma tentativa ideológica de resolver os problemas político-econômicos nesse modelo. Nesse regime, houve criação de um saber científico sobre o psiquismo individual que esconde a verdadeira sociopolítica dos problemas. No sistema capitalista, existem duas classes diferentes: uma predominante que ordena a outra que é subordinada. Nesse, o acúmulo de ganhos fica nas mãos da grande minoria e a miséria é distribuída para a maior parte da população.

Para Kosik (2002 apud OLIVEIRA et al., 2016), a contraposição principal desse modelo de entendimento da realidade social é que ao mesmo tempo que ela tem por função a garantia dos direitos para os indivíduos ela também serve como controle das relações de produção do capitalismo. No aspecto de garantia dos direitos, a assistência social é comum o contato com as manifestações mais radicais dos problemas sociais, por esse motivo seu papel se tornou historicamente confortador frente às situações de intensa degradação e vulnerabilidade social, tendo como abertura para intervenções as famílias que se encontram nessas circunstâncias (PAIVA, 2006 apud OLIVEIRA et al., 2016).

Foucault (1999 apud BENELLI, 2013) vai dizer que esse modelo da política do bem-estar social, no entanto, fomenta a dominação e alienação social, naturalização sociocultural, ilusão ideológica essas são algumas instituições de controle do capitalismo. Para o autor, o século XIX e XX tem origens com essas formas de controle, com objetivo de preservação do sistema neoliberal de governo dos corpos e da população. Segundo Benelli (2013), essa crítica mostra que as ciências humanas constituídas na modernidade foram feitas com arbitrariedade política específica, que

consiste em entender o comportamento humano para poder prevenir, modelar, normalizar, controlar e fazê-lo produtivo, isso é usado na educação, no processo de socialização e também para fazer homens livres, iguais, civilizados e constituintes do estado democrático moderno. Para o autor, desse modo a política, economia e a história são arrastadas por uma Psicologia tradicional com centralidade individual, tanto no aspecto inato quanto ambiental prática.

Referente à psicologia em espaços de entidades assistenciais, Benelli (2013) descreve que a atuação de psicólogos que estão atendendo adolescentes pobres nesses contextos privados é rara, devido ao custo de contratar um profissional. Já em relação a formação acadêmica, o autor mostra que a escolha por estágios em entidades públicas que atendem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social não tem sido a primeira opção pelos alunos.

Com base nas pesquisas trazidas, percebemos que a psicologia científica não seria tão necessária nestes contextos assistenciais, já que tem como objetivo produzir pessoas trabalhadoras e utilizáveis no mercado, nesse contexto costuma se trabalhar com a autoestima e potencialidades individuais, como forma de prevenção ao comportamento violento e o ingresso na criminalidade (BENELLI, 2013; OLIVEIRA et al., 2016).

Nesse sentido, não é difícil encontrar profissionais tentando encontrar patologias, distúrbios psíquicos, problemas individuais e também familiares na comunidade. A psicologia, nesse cenário, tem uma dificuldade de ser encontrada e quando aparece na maioria das vezes tem o papel patologizante e descontextualiza os indivíduos da aprendizagem escolar e influência social, culpabilizando-os de forma individual (BENELLI, 2009, BENELLI, 2013).

Benelli (2013) descreve em seu texto uma crítica aos formulários e cartilhas colocados para esses profissionais das entidades assistenciais, que ainda estão pautadas numa antiga clínica tradicional e, por esse motivo, a maioria dos profissionais tende somente a reproduzi-los, não param para considerar o ambiente onde estão, e nem pensar de forma crítica e fazer mais do que somente mera reprodução. No âmbito de entidades assistenciais devemos pensar em uma clínica ampliada que olha o sujeito a partir do lugar onde ele está inserido e pensa possibilidades de enfrentamentos a partir desse lugar, o profissional deve estar implicado numa constância de pensar e fazer das práticas para que não caia em uma mera normatização do sistema e consiga fazer com

que os indivíduos sejam autônomos no seu próprio processo de conquistas e enfrentamento.

Autores como Benelli (2013) e Brambilla; Avoglia (2010) nos chamam a atenção para sairmos do acomodamento e do que está instituído, pois se for para ser um profissional que não está de fato engajado em seu trabalho não tem necessidade nenhuma de ter, sendo então o que se necessita de profissionais nas entidades assistenciais, para trabalhar com crianças, adolescentes e suas famílias em contextos de vulnerabilidade social, que sejam pessoas dispostas ir além de teorias e, para isso, é necessário que se tenha o manejo e a possibilidade de contextualizar esses indivíduos em todos os aspectos de suas vidas.

Barbarini (2009 apud REIS; CABREIRA, 2013) afirma que o ensino da Psicologia está passando por uma reestruturação, em especial o ensino da Psicologia social. Para a autora, hoje, tem-se uma gama maior tanto de produções científicas como de práticas, no entanto ainda é necessário romper um modelo tecnicista, que atendia a um grupo restrito da sociedade. Conforme a autora, tem-se o desafio de transformar esses conhecimentos adquiridos ao longo do tempo em sabedoria, ou seja, o objetivo da psicologia deve ser a promoção da saúde, o bem-estar de toda a população independente do contexto.

Por fim, precisamos de uma reformulação crítica das ideias e valores que estão mediando à existência da adolescência entre o público alvo e seus familiares. A violência é considerada em todas as suas ocorrências, e particularmente vitimando grupos mais fragilizados das classes sociais como mulheres, crianças e adolescentes (TRAVERSO-YÉPEZ; PINHEIRO, 2002). Nessa direção, é preciso construir uma prática psicológica implicada com a comunidade e com os problemas sociais, econômicos e políticos do nosso país.

Concordamos com Bock (1999, p. 326), quando argumenta que o psicólogo “não pode ter mais uma visão estreita da sua intervenção, pensando-a como um trabalho voltado para o indivíduo, como se esse vivesse isolado”. Para a autora,

A realidade objetiva, o mundo social e cultural vem invadindo nosso conhecimento e já não podemos mais falar de mundo psicológico sem considerar o mundo social e cultural. Ainda estamos construindo um modelo de relação entre estes mundos, entendendo que estes se influenciam e não que constituem um ao outro (BOCK, 1999, p. 324).

Nessa perspectiva, entendemos que o fazer e/ou saber da psicologia se constituiu dentro uma realidade que é localizada histórica, cultural e politicamente, uma vez que as

produções subjetivas não se formam desarticuladas das dimensões coletivas e, como argumenta Bock (1999), o sofrimento psíquico está relacionado também diretamente com condições objetivas de vida.

Precisamos assumir um compromisso social em nossa profissão, e esse extrapola a ideia de “apenas considerar” o sujeito inserido em seu contexto de vida, já que parte do pressuposto de construção de práticas e saberes psicológicos transformadores das realidades subjetivas e, conseqüentemente, objetivas das pessoas, no nosso caso, dos adolescentes em situação de vulnerabilidades diversas (MARTIN-BARÓ,1996).

CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi pensada a partir das vivências ao longo do curso de graduação em psicologia e de trabalhos realizados na prática acadêmica que nos possibilitaram a articulação de diversos temas relacionando teoria e prática do psicólogo com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, a temática do adolescente sempre nos despertou interesse, enquanto campo de pesquisa e de atuação, pois é uma fase de descobertas e também de conflitos. Pensamos em articular a Psicologia Comunitária para compreender um pouco mais sobre a proposta do fazer psicológico junto à comunidade mais carentes econômica e politicamente, uma vez que neste âmbito encontramos a maior parte da população em vulnerabilidade social.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, que concerne em compreender o contexto do adolescente em vulnerabilidade social a partir do olhar da Psicologia Comunitária, partindo da análise dos incidentes críticos, podemos compreender que a vulnerabilidade está relacionada ao meio onde o adolescente passa a maior parte de seu tempo e que sua causalidade é múltipla (SIERRA; MESQUITA, 2006). A partir da discussão sobre políticas públicas socioassistenciais, nos propomos a discutir e dar visibilidade à condição política do conceito de vulnerabilidade (FOUCAULT apud RIVERO; TOROSSIAN, 2009). Entendemos que, ao mesmo tempo, em que o sistema capitalista tem por função garantir os direitos dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, este também serve como controle das relações de produção que fomentam as relações desiguais em nossa sociedade. Como forma de fazer garantir esse direito, as políticas de assistência social delimitam ao Estado e a família como responsáveis pelo adolescente. Nesse cenário, a Psicologia Comunitária surge para auxiliar os indivíduos nessa luta por seus direitos, auxiliando o sujeito na construção da própria autonomia (SAWAIA, 2013). Portanto, temos as políticas públicas que

garantem os direitos desses adolescentes, pontuando a atuação do psicólogo nestes ambientes vulneráveis nos quais os adolescentes se encontram.

A realização da pesquisa nos mostra que a literatura tem retratado com maior ênfase às consequências de esta em um contexto vulnerável, pontuando sobre as práticas do psicólogo, mas não se trata necessariamente de trabalhos realizados, sendo assim, uma possibilidade para dar continuidade nesse contexto da pesquisa, consiste em ir ao campo, tendo em vista realizar um levantamento de dados, junto aos profissionais que estão atuando nessa realidade, bem como, com os adolescentes.

Um ponto que nos deparamos ao longo da pesquisa, e despertou o nosso interesse, consiste na saúde mental dos adolescentes. Sendo assim, entendemos a importância de futuras pesquisas que tratem como a saúde mental na adolescência pode afetar e influenciar para a condição de vulnerabilidade social. Ressaltamos, também, não foi possível trabalhar outras problemáticas como: a vulnerabilidade de adolescentes em conflito com a lei, a vulnerabilidade de meninas adolescentes grávidas, a vulnerabilidade de adolescentes com uso de drogas lícitas e ilícitas, adolescentes em vulnerabilidade com depressão e ideias e/ou tentativas de suicídio. Cabe destacar, ainda, que esta pesquisa ocorreu a partir da revisão de literatura, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, portanto não fomos a campo, o que seria relevante para próximas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. F.; CARDOSO, A. S. Os direitos da criança e do adolescente na percepção de adolescentes dos contextos urbano e rural. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 2, p. 460-473, 2013.

BARBOSA, G. M. O.; ROCHA, M. R. G.; BRASIL, A. T.; **Psicologia Social Do Enfoque Subjetivista a Intervenção na Sociedade**. Kairos – Revista Acadêmica da prainha ano VIII/I, p.126-158 Jan/Jun , 2011.

BENELLI, S. J. Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. **Revista de Psicologia da UNESP**, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp, 2013.

BOSSE, Fabiana Garlet. "Adolescência marcada por situações de vulnerabilidade e exclusão social." (2012).

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, 2013.

BRAMBILLA, B. B.; AVOGLIA, H. R. C. O Estatuto da criança e do adolescente e a atuação do psicólogo. **Psicol inf.**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 102-121, out. 2010.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BUCHALLA, C. M.; PAIVA, V. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. **Rev Saúde Pública**, 2002.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Como os Psicólogos e as Psicólogas Podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social – (SUAS)** Informações para Gestoras e Gestores. CFP: Brasília, CFP, 2011.

CERQUEIRA, S. E.; et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em estudo**. Maringá. Vol. 15, n. 1 (jan./mar. 2010), p. 73-85., 2010.

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: CFP, 2005.

CRUZ, L.R. da; GUARESCHI, N. M. F. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interações à psicologia. In: **Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas.** V.5 Ed. Vozes, Rio de Janeiro 2009.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (social) comunitária. Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (org). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia** 17. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 9. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GALINDO, D.; RODRIGUES, V. R. Incidentes Críticos, Um Fio de Ariadne na Análise Documental. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Org.). **A Produção De Informação Na Pesquisa Social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

GONZÁLES, Z. K.; GUARESCHI, N. M. Concepções sobre a categoria juventude Paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (org). **Políticas Públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** 5 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias Relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. (org). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia** 13. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GUERRA, A. M. C. et al. Construindo idéias sobre a juventude envolvida com a criminalidade violenta. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 434-456, ago. 2010.

GUARESCHI, Neuza M. F. et al . Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, jun. 2007.

HILLESHEIM, B.; RODRIGUES, C.L. Risco, Vulnerabilidade e Infância: Algumas aproximações Psicologia & Sociedade, **Associação Brasileira de Psicologia Social Minas Gerais** v. 20, n. 2, pp. 192-199, maio-agosto, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e sociedade**, v. 17, p. 63-76, 2008.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MEURER, B.; GESSER, M. Tessituras em psicologia social na escola: relato de experiência com adolescentes. **Na escola**, p. 23, 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social. **Teoria, método e criatividade**. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MURTA, S. G.; MARINHO, T. P.C. A Clínica Ampliada e as Políticas de Assistência Social: uma Experiência com Adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas** Vol.1 N°1, 2009.

NAIFF, L. A. M. Acolhendo crianças e adolescentes da violência social. **Boletim Interfaces da Psicologia**, v. 1, p. 26-30, 2008.

OLIVEIRA, A. P. G.;MILNITSKY, S.C. Políticas Públicas para Adolescentes em Vulnerabilidade Social: Abrigo e Provisoriedade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, **Psicologia Ciência e Profissão**, 27 (4), p. 622-635, 2007.

OLIVEIRA, N. L. A. et al. Relato de experiência: a atuação do psicólogo no CRAS e sua contribuição para o fortalecimento dos direitos sociais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 31-45, abr. 2016.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento psicossocial no início da vida adulta e no adulto jovem. In: **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre, v. 12. p. 450-482, 2013.

PESSALACIA, J. D. R.; MENEZES, E. S.; MASSUAIA, D. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista - BIOETHIKOS** Centro Universitário São Camilo, p.423-430, 2010.

REIS, F. G.; CABREIRA, L. As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso? **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 54-65, 2013.

ROSEMBERG, F. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: p. 296-333, 2008.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (org). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia** 17. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SENRA, C. M. G. et al. Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: **analisando estratégias de enfrentamento**. 2009.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006.

RIVERO, E. N.; TOROSSIAN, D. S. Políticas Públicas e Modos de Viver: A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: **Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas**. V.5 Ed. Vozes, Rio de Janeiro 2013.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 133-147, 2002.